



Abril | 2006 • Jornal do

Sintrajuf

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Pernambuco

Filiado à CUT e à Fenajufe

PCS só sai com mobilização total

Foto: Sreia Marris



PARALISAÇÃO Cerca de 200 servidores participaram da greve no TRT

TRT: presidente apóia PCS

No dia da paralisação, uma comissão formada por diretores do Sintrajuf e servidores da Justiça do Trabalho se reuniu com a presidente do TRT, desembargadora Maria de Lourdes Cabral de Melo, logo depois da assembléia. O grupo comunicou à presidente que a paralisação era decorrente da falta de alternativa dos servidores para aprovar o plano.

Os trabalhadores pediram apoio ao Plano de Cargos e Salários e a presidente reiterou seu posicionamento de defender o pleito – inclusive, leu um trecho da ata da reunião do Colepccor em que o Colégio dos Presidentes dos TRTs ratificou o apoio ao

PCS. Os funcionários falaram sobre a necessidade de o Judiciário negociar com o Executivo imediatamente a fim de garantir a aprovação.

Mais uma vez, o tema da incorporação dos quintos foi colocado em pauta: o grupo entregou à presidente uma cópia da notícia sobre a decisão judicial favorável da Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho e solicitou que o TRT mais uma vez cobrasse o repasse da verba ao TST. Por fim, os servidores discorreram sobre a decisão positiva quanto à jornada de trabalho do Conselho Nacional de Justiça (veja matéria nesta edição) e falaram sobre a necessidade de retomar a discussão no TRT.

Cada vez mais, os servidores do Judiciário Federal de todo o país estão unidos na luta pela aprovação da segunda revisão do Plano de Cargos e Salários (PL 5845/2005). O PCS está parado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e depende de um acordo entre Executivo e Judiciário para sua aprovação. Como já estava previsto, chegou a hora da batalha mais dura.

Os trabalhadores sabem que será preciso cobrar para que o Supremo Tribunal Federal entre em consenso com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre os recursos disponíveis para a implementação do plano, como prometeu o ex-presidente do STF, ministro Nelson Jobim. Por isso, deram gás total no Dia Nacional de Paralisação pelo PCS, em 29 de março, deliberado na reunião ampliada do dia 12.

Em Pernambuco, vários setores da Justiça do Trabalho – tanto no tribunal como nas varas do interior e dos bairros do Recife – pararam suas atividades na mobilização pela aprovação do projeto. Cerca de 200 pessoas participaram da assembléia e do café da manhã na sede do TRT. “A categoria está amadurecida e consciente de que o plano só vai sair com muita luta”, afirmou a presidente do Sintrajuf, Kátia Saraiva.

Houve greve no Amazonas (TRT), na Bahia (TRT, TRE e JF), no Maranhão (JF), no Pará/Amapá (TRT e TRE), no Paraná (JF), no Piauí (todos os tribunais), no Rio de Janeiro (JF, TRF e TRE), em Roraima (TRT), em Santa Catarina (TRT) e em São Paulo (todos). Os funcionários do Ceará (TRE) e de Goiás (JF) pararam por duas horas e os de Mato Grosso (TRT), por uma. Em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, houve atos.

Quase 150 servidores de todos os estados e mais 200 de Brasília se dedicaram ao trabalho de pressão aos parlamentares, organizado pelo comando de greve da Fenajufe. Os colegas Norma Teixeira (TRT), Benedito Moura (diretor do Sintrajuf), Fernando Guimarães (JF) e Edmilson Marinho (JF) participaram das atividades, enfatizando a abordagem da bancada pernambucana no Congresso Nacional.

De acordo com o servidor Fernando Guimarães, da comitiva pernambucana, o deputado federal Maurício Rands (PT-PE) foi contatado e afirmou que já solicitou ser o relator do PCS na Comissão de Constituição, Redação e Justiça, para onde o plano segue se aprovado na Comissão de Finanças e Tributação. É um importante apoio para o PCS, mas antes é necessário garantir sua aprovação na CFT.



balancete novembro

Quintos ganham julgamento favorável

Boa notícia para os servidores do Judiciário Federal: a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça julgou favorável a incorporação dos quintos, em sessão no último dia 28. O primeiro processo referente à matéria julgado pelo STJ obteve vitória por unanimidade e acrescenta reconhecimento ao direito na esfera judicial. A decisão no STJ é muito importante pois, como não se trata de matéria constitucional, é a última instância de recurso.

Assim, o direito se consolida mais ainda e aumenta os motivos para a Justiça do Trabalho proceder à incorporação imediatamente. Quanto aos outros tribunais, acabam de ganhar mais um argumento favorável ao pagamento. Falta agora a votação no pleno do Tribunal Superior do Trabalho, que pode entrar na pauta a qualquer momento.

No último dia 15, a

Fenajufe pediu apoio ao pagamento dos quintos em reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs (Coleprecor). A coordenadora da federação Jacqueline Albuquerque falou em favor da incorporação dos quintos na Justiça do Trabalho, depois de o presidente do Colégio, Afrânio Mendes de Melo, atender ao pedido dos servidores de falar sobre o tema.

Jacqueline solicitou que os representantes dos regionais peçam ao presidente do TST, ministro Vantuil Abdala, que a incorporação dos quintos entre na pauta de votação do pleno o quanto antes. Reivindicou ainda o apoio dos presidentes, lembrando que todos os outros órgãos do Judiciário já realizam os pagamentos. Afrânio afirmou que o Coleprecor apóia o pleito dos servidores e vai se esforçar por uma decisão favorável.

De: DF (TRF)
Para: PE (TRF)
Nome: Lilian Soares
Cargo: analista judiciário
Telefone: (81) 9928.8999 / 3228.1318
E-mail: lilianck49@gmail.com



De: Salvador
Para: Recife ou RMR
Nome: Francisco Antonio da Silva Filho
Cargo: analista judiciário (oficial de justiça)
Telefone: (71) 9982.4170
E-mail: franciscoafilho@click21.com.br



sintrajufpe.org.br
internet » Mais pedidos de permuta

Receita	R\$	%
Contribuições associados	74.695,04	100,0000
Total	74.695,04	100,0000

Despesas	R\$	%
Ordenados	11.851,72	15,8668
Contribuição INSS	4.317,77	5,7805
Contribuição FGTS	2.280,74	3,0534
Serviços prestados (PF)	5.570,78	7,4580
Serviços prestados (PJ)	2.687,00	3,5973
Água, luz e telefone	2.657,89	3,5583
Conservação de bens imóveis	45,00	0,0602
Custas processuais	181,20	0,2426
Materiais de expediente e consumo	206,32	0,2762
Despesas postais	1.130,79	1,5139
Jornais, revistas e livros	384,70	0,5150
Condução	223,20	0,2988
Contribuição estatutária (CUT)	6.919,03	9,2630
Contribuição estatutária (Diap)	118,20	0,1582
Contribuição estatutária (Fenajufe)	4.199,18	5,6218
Material de limpeza	125,29	0,1677
Refeições	208,73	0,2794
Assessoria jurídica	5.400,00	7,2294
Fotocópias	623,00	0,8341
Encontros	6.656,86	8,9121
Eventos	683,70	0,9153
Ato público	683,24	0,9147
Doações	150,00	0,2008
Combustível	381,00	0,5101
Seguro	227,39	0,3044
Contribuição a outras entidades	500,00	0,6694
Indenização mandato classista	4.802,12	6,4290
Despesas tributárias	507,79	0,6798
Despesas financeiras	40,00	0,0536
Vale transporte	1.026,30	1,3740
Plano de saúde empregados	1.696,53	2,2713
Vale alimentação empregados	2.689,58	3,6007
Total das despesas	69.175,05	92,6100
Resultado operacional	5.519,99	7,3900
Total	74.695,04	100,0000

Resumo	R\$	%
Despesas c/ pessoal	17.264,13	23,1128
Despesas c/ encargos	7.106,30	9,5138
Despesas c/ administração	11.709,67	15,6766
Despesas c/ movimento	33.094,95	44,3068
Saldo credor	5.519,99	7,3900
Total de receita	74.695,04	100,0000



expediente

Publicação mensal do Sintrajuf (distribuição gratuita)
 | Jornalista responsável: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Diagramação: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Redação: Rua do Pombal, 52, Santo Amaro, Recife-PE, 50100-170 | Fone: (81) 3421.2608 | Fax: (81) 3221.3488 | Site: www.sintrajufpe.org.br

| E-mail: sind@sintrajufpe.org.br | Tiragem: 2800 exemplares | Impressão: MXM Gráfica | Diretoria: Kátia Albuquerque (presidente), Isaac Oliveira (vice-presidente), Argissa Pereira (secretária geral), Alexandre Pereira (1º secretário), Antônio Feitosa (1º tesoureiro), Ricardo Almeida (2º tesoureiro), Carlos Fernandes (diretor jurídico), Lúcio Vanderlei (diretor de sindicalização), Benedito Moura (diretor de relações sindicais), Antônio Queiroz (1º suplente), Ricardo Sales (2º suplente), Paulo Fernando (3º suplente) e Guido Oliveira (4º suplente)

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Tramitação depende de acordos

Já dissemos em edições anteriores do Jornal do Sintrajuf e reforçamos a afirmação agora: a aprovação na Comissão de Finanças e Tributação é a fase mais difícil da campanha pelo Plano de Cargos e Salários dos trabalhadores do Judiciário Federal. Além das dificuldades orçamentárias, a comissão se encontrava sem presidente até o fechamento desta edição, o que dificulta ainda mais o andamento da matéria.

A Fenajufe entrou em contato com o diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, Miguel Fonseca, no dia 22, para saber como andam as negociações em torno do plano. Segundo ele, o STF está dialogando com os ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), da Fazenda e da Casa Civil. O diretor-geral frisou a importância de a categoria cobrar a votação também junto aos líderes dos partidos na Câmara dos Deputados.

No entanto, no dia 14, os deputados Tarcísio Zimmermann (PT-RS) e Wasny De Roure (PT-DF) perguntaram ao ministro do MPOG Paulo Bernardo sobre a questão e ele afirmou que não existe um diálogo estabelecido sobre o PCS, pois o governo está centrando suas atenções no cumprimento dos acordos das campanhas salariais de 2005. Garantiu, ainda, que a cúpula do Judiciário não o procurou para negociar.

O relator do PL, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), já avisou que o projeto só vai entrar em pauta quando houver um acordo com o governo. Por isso, a Fenajufe vai agendar uma audiência com a nova presidente do STF, ministra Ellen Gracie, para defender a necessidade de um acordo urgente entre o Judiciário e o Executivo sobre o PL. Afinal, tal tarefa havia ficado nas mãos do ex-presidente, ministro Nelson Jobim.



CONTATOS Conversa com o deputado Wasny De Roure (PT-DF)

No dia 29 de março, o deputado Miro Teixeira (PDT/RJ) apresentou o requerimento 3816/2006 solicitando que o PCS seja apreciado em regime de urgência no plenário da Câmara. A iniciativa do deputado não partiu da Fenajufe e pode atrapalhar o andamento do PL, pois é preciso garantir previsão orçamentária para a implementação do PCS antes

da votação.

Para preparar as atividades em prol do PCS, haverá nova reunião ampliada no dia 9, em Brasília. Vale lembrar que a revisão anterior do Plano de Cargos e Salários só foi possível após muita luta dos trabalhadores e porque a tramitação ocorreu em ano eleitoral. Já temos o ano eleitoral, resta então aumentar a mobilização para conquistar mais essa vitória!



Plano de saúde no TRE

Apesar de serem os principais interessados, os servidores da Justiça Eleitoral não participaram da decisão que levou à mudança no plano de saúde daquele regional. A administração do TRE ignorou o requerimento do sindicato, protocolado sob o número 2915 em 13 de março, entregue em mãos ao diretor-geral, solicitando a participação dos trabalhadores na negociação, segundo deliberação da assembléia de 10 de março.

No dia seguinte, foi publicada a resolução 66, que altera a resolução 8/2000,

sobre a assistência médica dos servidores do TRE-PE. A principal alteração é que “a despesa com os dependentes e especiais (agregados) ficará, integralmente, a cargo do servidor interessado”. Ou seja, além de reduzir a cobertura, a medida obriga o custeio integral pelos servidores dos beneficiários agregados. Recentemente, houve uma retificação positiva da resolução quanto aos pensionistas, que

continuarão tendo o patrocínio do tribunal.

A não renovação do contrato com a empresa que prestava assistência médica aos servidores acarretou perda de vantagens e uma elevação absurda dos valores dispendidos pelos funcionários, que chegam a pagar mais de R\$ 2 mil. Valores como esse podem gerar a exclusão de significativa parcela dos beneficiários, além de

quebrar a natureza solidária que os planos coletivos devem ter.

O sindicato, então, ingressou com o requerimento de número 3169 no dia 17, solicitando cópias do processo administrativo que alterou o custeio do plano de saúde na sessão do pleno de 14 de março, do contrato anterior com a Sulamérica, do processo que resultou na não renovação do contrato de prestação de serviços e do processo e do contrato firmado com a Unimed Recife. O SRH informou ao sindicato que os documentos estão à disposição.

Alteração foi feita sem nenhuma negociação com os trabalhadores



Brasil

Nepotismo: mais perto do fim

Além de determinar a exoneração de parentes não concursados, de até terceiro grau, de juízes e desembargadores, a resolução 07/05 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) rendeu outros frutos: ao estimular o debate sobre o tema do nepotismo na sociedade, ajudou no andamento da proposta de emenda constitucional 334/96, que impede a prática também nos poderes Legislativo e Executivo.

O presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PcdoB-SP), disse que encomendou ao deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) um projeto de resolução para impedir o nepotismo naquela casa legislativa. Afirmou ainda que vai priorizar a tramitação da PEC 334/96, que veda a prática em todas as esferas da administração pública, sepultando de vez o problema que tanta indignação causa aos brasileiros.

Para o autor da proposta que acrescenta inciso ao artigo 37 da Constituição Federal, Aldo Arantes, a

motivação da PEC é assegurar os princípios da moralidade e da impessoalidade no acesso aos cargos públicos por meio de concurso. A PEC ainda limita a quantidade de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, para evitar um dos meios mais comuns de apadrinhamento.

“Não obstante a imprescindibilidade de hipóteses de nomeação por critério exclusivamente subjetivo, tal mecanismo tem sido freqüentemente deturpado com vistas à promoção do nepotismo. Em decorrência de fatos tão lamentáveis, impõe-se a adoção de salvaguardas constitucionais aos princípios norteadores da administração pública, reiteradamente burlados”, avisa o parlamentar, na justificativa da proposta.

O relator Arnaldo Faria de Sá observa que a PEC ressalta a democracia, ao garantir tratamento igualitário dos cidadãos, e o republicanismo, ao separar patrimônio público e a coisa privada. “Com efeito, nunca é

demais ressaltar que a existência do Estado se justifica em sua finalidade de servir ao povo e não na visão equivocada daqueles que se servem do Estado para o atendimento de seus interesses privados”, diz.

No relatório, o deputado destaca que o Brasil é um dos países com maior número de servidores contratados sem concurso para cargos em comissão. Nos Estados Unidos, são 701 funcionários; na França, 450; no Reino Unido, somente 120. O Brasil emprega nada menos que 19.202 funcionários públicos que chegaram aos cargos sem necessidade de prestar concurso e concorrer à vaga como qualquer outro cidadão.

A PEC, ao contrário, valoriza o mérito e os funcionários de carreira, impedindo tanto o nepotismo direto como sua versão indireta ou cruzada, em que há troca de favores com pessoas de outros órgãos. Se aprovada, o nepotismo passará a ser caracterizado como ato de improbidade administrativa

por violar a imparcialidade e a legalidade na administração pública.

Mudanças – A proposta define que as funções de confiança e os cargos em comissão para atribuições de direção, chefia e assessoramento devem ser preenchidos por servidores de carreira, em 100% das funções de confiança no respectivo órgão ou entidade; em 85%, no mínimo, dos cargos em comissão de direção e chefia; e em 50%, no mínimo, dos cargos em comissão de assessoramento.

Fica vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo, por adoção ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive de presidente, ministros, governadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores, desembargadores, juízes, entre outros. As exonerações devem acontecer em um prazo de 90 dias. Só resta aos brasileiros exigir que essa PEC seja aprovada.



Ambientação dos novos servidores do TRT

O Sintrajuf participou da ambientação promovida pela Secretaria de Recursos Humanos para os mais 80 funcionários aprovados no último concurso público realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho, no dia 10 de fevereiro. A presidente do sindicato, Kátia Saraiva, deu boas-vindas aos novos servidores e falou sobre a importância da sindicalização para assegurar os interesses da categoria.

Ato regulariza pagamento de CJs e FCs

Alguns servidores têm questionado o sindicato sobre o significado do ato 153/2006, de 17 de fevereiro, da presidência

do Tribunal Regional do Trabalho. A diretoria do Sintrajuf consultou o Serviço de Pagamento de Pessoal (SPP) e a Direção Geral do TRT para saber mais sobre o assunto e foi informada que se trata apenas de uma regularização segundo o artigo 5º da lei 10.475/2002, da primeira revisão do Plano de Cargos e Salários.

O artigo citado informa que o servidor “poderá optar pela remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente, acrescida dos valores constantes do Anexo VII” (CJs e FCs). O ato determina que o SPP efetue os pagamentos dos servidores com cargo em comissão ou função comissionada pela forma mais vantajosa, salvo posicionamento em contrário do interessado. Assim, caso não esteja prejudicado na fórmula de cálculo, não é necessário que o funcionário se manifeste a respeito.

Atos condenam apadrinhamento

Em fevereiro, dois atos públicos cobraram o fim do nepotismo no Poder Judiciário. O primeiro, no dia 16, marcou a data do julgamento da ação declaratória de constitucionalidade impetrada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para o cumprimento da resolução 07/05 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Houve panfletagem e telão na Ordem dos Advogados do Brasil para transmitir a votação da sessão do pleno do Supremo Tribunal Federal (STF).

O segundo, no dia 21, aconteceu no Fórum do Recife, perto do viaduto Joana Bezerra. O Sintrajuf, o Sindjud e outras entidades integrantes do Fórum Permanente pela Ética na Política comandaram o ato, com entrega de carta à população, que reagiu positivamente e demonstrou seu apoio à pressão dos sindicatos. Apesar de o STF ter determinado a saída imediata dos parentes cinco dias antes, ainda havia exonerações a ser feitas em Pernambuco.

O Sintrajuf protocolou ofícios em todos os tribunais regionais requerendo informações sobre a existência de nepotismo e, em caso positivo, sobre o andamento das exonerações. O documento enviado ao TRT foi protocolado sob o número 03067/06 no Protocolo Geral; o ofício ao TRE, sob o número 457 da Subsecretaria de Pessoal; o ofício do TRE, sob o número 1871/2006 do Protocolo Geral; e o da JF, na Secretaria Administrativa, sem número.

No TRE, só houve duas exonerações e ainda há vários parentes de desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco. No TRF e na JF, aconteceram 15 exonerações. Já no TRT, não havia casos de nepotismo. Os servidores podem usar os números dos protocolos para acompanhar o andamento dos pedidos e cobrar resposta urgente, pois a decisão do STF derrubou todas as liminares em favor da permanência dos familiares não concursados.



Nova ação do FGTS

O Sintrajuf vai ingressar com nova ação de resíduos do FGTS para os servidores que possuíram vínculo empregatício regido pela CLT ou emprego público com opção de FGTS. Pode mover essa ação quem ainda não possui e quem não aderiu a acordo ou transação judicial com a Caixa Econômica Federal.

Os interessados

devem entregar a seguinte documentação, sempre em cópia autenticada: RG, CPF, carteira profissional (folhas com foto, qualificação civil, contrato de trabalho e opção de FGTS), rescisão contratual (se houver), extrato analítico do FGTS e PIS. Em seguida, é necessário assinar e reconhecer firma da assinatura na procuração disponível no sindicato.



FÓRUM Entidades realizaram ato unificado no Fórum do Recife

Fenajufe fala com presidente da Câmara contra PEC 02/2003

Representantes da Fenajufe se reuniram com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PcdoB-SP), no último dia 23, para expor sua preocupação com a Proposta de Emenda à Constituição 02/03, de autoria do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE). A comissão se encarregou de mostrar como a efetivação de requisitados é injusta com os concursados e pode ser um passo para o nepotismo.

Os diretores dos sindicatos argumentaram que, na Justiça Eleitoral, diversos cartórios do interior possuem trabalhadores vindos de outros órgãos, em especial do serviço público municipal. Muitos dos servidores requisitados são parentes, amigos ou mesmo cabos eleitorais de políticos desses municípios, causando uma situação de completa desmoralização.

A Fenajufe entregou

memorial e abaixo-assinados com cerca de 8 mil assinaturas contra a PEC que efetiva servidores requisitados. Rebelo afirmou que a federação conta com fortes argumentos, mas que a pressão dos servidores beneficiados com a medida também possui peso no Congresso. O presidente da

Câmara disse que não há previsão de entrada da matéria na pauta de votação.

Na última reunião da Cnesf, no dia 16, a coordenadora da Fenajufe Jacqueline

Albuquerque falou sobre a necessidade de união dos servidores públicos federais contra a PEC. Assim, ficou definido que tal tema será ponto de pauta da próxima reunião. Apesar de a PEC 02 ainda não ter previsão de pauta na Câmara dos Deputados, é preciso arremeter o maior apoio possível contra a proposta.

Aldo Rebelo afirmou que os servidores contam com ótimos argumentos contra a PEC 02



Brasil

Revisão constitucional requer cuidados

Está em andamento no Congresso Nacional a proposta de emenda à constituição 157/03, elaborada pelo deputado Luiz Carlos Santos (PFL-SP), que convoca Assembléia de Revisão Constitucional para 2007. A matéria está na comissão especial, tendo o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) como relator, e seu prazo regimental de 40 sessões para conclusão dos trabalhos não deve ser ultrapassado.

A justificativa da PEC considera que a carta atual é analítica demais e que “exacerba da tarefa de impor limites aos poderes públicos, constituindo-se em poderoso instrumento de ingovernabilidade”. Critica ainda o grande número de emendas que sofreu – “o ritmo inflacionário com que se altera a Constituição importa em evidente instabilidade jurídica e em sensível déficit de seu

valor e de sua força normativa”.

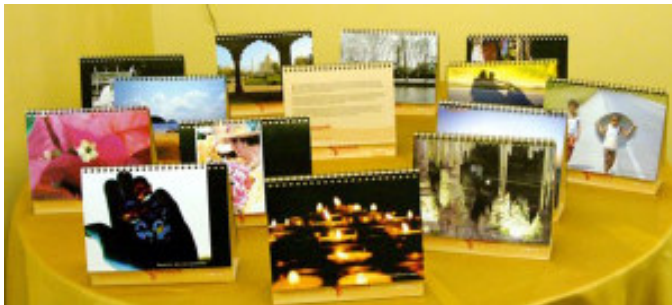
O problema é que não houve nenhum debate na sociedade sobre a necessidade de se alterar a constituição e alguns segmentos temem perder direitos conquistados com muita luta. É o caso do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), que acredita que a proposta pode trazer prejuízos para os trabalhadores, como aconteceu com a Reforma da Previdência.

Existe um substitutivo elaborado pelo João Alfredo (Psol-CE) que pede a realização de um referendo popular. “A revisão constitucional respeitará o princípio da proibição do retrocesso, sendo vedadas modificações que visem eliminar, diminuir ou restringir qualquer dos direitos e garantias assegurados pelo texto constitucional atual”, diz o texto, garantindo a proteção dos trabalhadores.



cultura

Exposição



Na semana que antecedeu o Carnaval, o Sintrajuf promoveu duas exposições de fotografia simultâneas no Tribunal Regional do Trabalho: uma com as obras dos trabalhadores do Judiciário Federal que participaram do concurso do sindicato e outra em homenagem ao folião Abdias da Burra. Na semana seguinte aos festejos de momo, foi a vez de o Tribunal Regional Federal receber a exposição das fotos do calendário.

Direitos da mulher sob os olhos da Justiça

A Constituição Federal é clara: mulheres e homens têm os mesmos direitos e deveres, segundo o artigo 5º, que trata da discriminação por motivo de sexo. No entanto, só recentemente surgiram leis específicas para assegurar a prática da igualdade de gênero no Brasil. Tais normas não são suficientes para conter os casos de violência contra a mulher, que muitas vezes prefere ficar calada a denunciar seu agressor.

Parece piada, mas somente em 2005 foi aprovada uma lei (11.106/2005), de autoria da deputada federal Iara Bernardi (PT-SP), para extinguir dois incisos do Código Penal que deixavam impune o estupro caso a vítima se casasse com ele ou com outra pessoa. A mesma lei aboliu o crime de adultério e trocou expressões preconceituosas como “mulher honesta” e “mulher virgem” por outras mais apropriadas.

A mesma deputada foi responsável por uma lei (10.886/2004) que tipifica o crime de violência doméstica, caracterizado como lesão praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro com quem conviva ou tenha convivido. A

pena do agressor vai de seis meses a um ano. O problema é que boa parte das mulheres atingidas se recusa a prestar queixa contra alguém de sua própria família.

Para combater essa questão, a lei 10.778/2003 estabelece a notificação compulsória pelos serviços de saúde nos casos de violência contra a mulher, seja em hospitais ou postos públicos ou privados, em caráter sigiloso. A lei 10.224/2001, por sua vez, dispõe sobre o crime de assédio sexual, definido como constrangimento de alguém com o intuito de obter favorecimento sexual efetuado por superior hierárquico.

O Sintrajuf aproveita para lembrar aos servidores que o Poder Judiciário é um importante instrumento para defesa dos direitos da mulher. Com a crescente violência contra essa parcela da população em Pernambuco, as denúncias são essenciais para que se faça justiça e que a igualdade entre homens e mulheres finalmente se torne realidade.

Passeata do Dia da Mulher

Os diretores do Sintrajuf Kátia Saraiva e Benedito Moura, além da coordenadora da Fenajufe Jacqueline Albuquerque, participaram das atividades convocadas pela Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras da Central Única dos Trabalhadores para lembrar o Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

Trabalhadoras e trabalhadores rurais e urbanos

seguiram juntos em caminhada até o Palácio do Campo das Princesas, onde entregaram pauta conjunta ao governo e fizeram um minuto de silêncio em memória das mulheres assassinadas no Estado. A violência contra a mulher, infelizmente, ainda é uma triste realidade em Pernambuco, contra a qual homens e mulheres devem lutar com todas as forças.



Sindicato avalia condições de trabalho no TRE

PCS, campanha salarial, quintos. Além de todas essas conquistas, o Sintrajuf está ligado também em questões aparentemente pequenas, mas com grande impacto no cotidiano do trabalhador do Judiciário Federal: as condições de trabalho, conjunto de fatores que permitem ao funcionário executar suas atividades sem enfrentar maiores problemas operacionais.

Para tanto, o sindicato ingressou com requerimento (número 013250 no protocolo geral) ao diretor-geral do TRE, André Pegado, em 17 de

novembro, para pedir providências para as más condições de trabalho na nova sede, instalada no prédio da Avenida Agamenon Magalhães. São diversos problemas que podem acarretar até mesmo problemas de saúde aos servidores.

Fuligem no sistema de ar, mau cheiro vindo do sistema de esgoto, necessidade de dedetização, problemas nas instalações hidráulicas, elevadores freqüentemente quebrados, carpetes mofados, falta de água freqüente, forro do teto em desintegração e

prolongada exposição ao barulho devido às reformas foram os pontos relatados pelos trabalhadores à diretoria do sindicato.

Como resposta, o ofício 575/2005-DG, de 18 de novembro, informou a análise semestral da qualidade do ar, segundo resolução da Anvisa; a promessa de realização de intervenções no sistema de esgoto; a solução do problema dos ratos e baratas com duas dedetizações; o conserto do vazamento de água; a substituição do carpete por piso do tipo paviflex; e a licitação para compra de novos

elevadores.

“Acrescento que o imóvel passa por reformas necessárias à melhoria de sua estrutura física com o objetivo de melhor atender às necessidades de trabalho dos servidores deste Regional e que a Secretaria de Administração está atenta, procurando minimizar os transtornos aos colegas de forma imediata”, afirmou o diretor-geral. O sindicato alerta que os trabalhadores devem ficar atentos quanto ao andamento das soluções e comunicar qualquer irregularidade.

TRT também enfrenta problemas

Na Justiça do Trabalho, dando seguimento à conversa inicial com a administração sobre condições de trabalho, o sindicato entrou com requerimento (número 15002/05 no protocolo geral) em 16 de setembro, informando os problemas existentes nos setores de transporte (falta de limpeza e manutenção predial), materiais (poeira constante), gráfica (forte cheiro de material tóxico) e informática (insuficiência e obsolescência de equipamentos, gerando acúmulo de serviço, elevação do estresse e redução da produtividade).

Além disso, foi relatado um problema comum a diversos setores e varas: o mobiliário repleto de armários inadequados. Quanto à 2ª Vara de Olinda, foi informada uma infiltração por água da chuva. Tais problemas podem ocasionar doenças relacionadas ao trabalho e abalo da motivação do servidor. Portanto, o sindicato cobrou

medidas para apurar e sanar os problemas o mais rápido possível.

A resposta veio por meio do ofício TRT-DG 150/05, de 23 de dezembro, com ofícios dos responsáveis pelos diversos setores anexados ao documento. De acordo com o diretor do serviço de manutenção e assuntos gerais (SMAG), Ricardo Rangel Araújo, os serviços de limpeza foram regularizados e foi solucionada a infiltração da 2ª Vara de Olinda.

O diretor do serviço de material, Murilo Gomes Leal Júnior, informou sobre o processo licitatório para aquisição de mobiliário para as varas da Sudene, com substituição dos armários já existentes e compra de novos arquivos de aço. Segundo o diretor, todos os móveis devem estar de acordo com o ato TRT-GP 305/2001, sobre a aquisição com participação do Serviço de Saúde para observação de aspectos

ergonômicos.

A diretora do serviço de saúde, Semíframes Rocha, enviou um laudo de inspeção do setor de transporte, datado de julho de 2004, que constata irregularidades como a falta de manutenção da cobertura, revisão da parte elétrica e dedetização. Ela solicitou uma inspeção para avaliação de salubridade e risco ambiental em diversos setores da Justiça do Trabalho.

A equipe constatou sujeira, escorpiões, piso inadequado e falta de funcionários pra limpeza no setor de transporte; sujeira, poeira, má iluminação, calor e ambiente insalubre no setor de materiais; forte odor na gráfica; mobiliário sucateado, infiltrações e sala muito pequena na 2ª Vara de Olinda. O serviço de saúde, então, elencou uma série de sugestões para melhoria das condições de trabalho nesses locais.

As mudanças indicadas incluem contratar

funcionário pra limpeza, rebocar paredes, consertar piso e teto no setor de transporte; contratar mais dois funcionários para limpeza e consertar do sistema de exaustão e a forração do teto, na área de materiais; ventilar e isolar o maquinário na gráfica; e comprar mobiliário e mudar a sala da vara de Olinda. O documento não informa quais mudanças foram efetivamente realizadas.

Por fim, o diretor da secretaria de informática, João Adriano Pinheiro de Souza, informou que seria providenciada a instalação de 250 estações de trabalho com display de cristal líquido até novembro passado e a aquisição de outros equipamentos de infra-estrutura, como servidores e concentradores de rede. O sindicato vai conferir quais propostas foram levadas a cabo e, para isso, espera contar com o apoio dos servidores.



Servidores exigem reajustes prometidos

Diversas categorias de servidores públicos que fazem parte do chamado Plano de Classificação de Cargos (PCC) se encontram em greve ou em estado de greve porque o Governo Federal não cumpriu as promessas feitas após a Campanha Salarial do ano passado. Sem obter os reajustes prometidos, os trabalhadores entraram em greve nacional em 15 de março. Em Pernambuco, Funai e Agricultura estão parados.

Pressionado, o governo apresentou uma contraproposta que não foi aceita pelos funcionários por quebrar a paridade, ao diferenciar ativos, aposentados e pensionistas, e por aplicar o índice de reajuste não no salário, mas na gratificação por avaliação de desempenho individual, ainda sem critérios objetivos e que pode ser retirada a qualquer momento.

De acordo com a

Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público (Condsef), a proposta ignora os acordos firmados em 2005 com servidores da Funai e dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda para a implantação de planos de carreira, numa quebra dos compromissos anteriormente estabelecidos. Para piorar, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão vem desmarcando as reuniões de negociação.

Os servidores deliberaram, em plenária nacional, reivindicar uma gratificação fixa para ativos e aposentados no valor de R\$ 250 para nível auxiliar, R\$ 350 para nível intermediário e R\$ 650 para nível superior, além de cobrar o cumprimento dos acordos definidos por categoria. O Sintrajuf está ao lado dos outros servidores públicos em sua justa campanha!

Fenajufe e CUT programam encontros sindicais

Já tem data marcada a XIII Plenária Nacional da Fenajufe: será nos dias 19 a 21 de maio, em Natal (RN). Na pauta, estão regimento interno, conjuntura, plano de lutas, prestação de contas de março de 2005 a março de 2006 e moções. Quem desejar pode inscrever teses à plenária até 24 de abril, desde que não fujam ao temário proposto e tenham extensão de até 20 laudas. As regras estão disponíveis no site (www.fenajufe.org.br).

A CUT também já agendou os encontros que vão nortear as atividades do ano. Em Pernambuco, ocorre o XI Cecut-PE, de 1 a 4 de maio. De 6 a 9 de junho, é a vez do encontro nacional, o IX Congresso Nacional da CUT (Concut), com o seguinte temário: conjuntura internacional e nacional; balanço; estratégia; estatuto; política de finanças; agenda e plano de lutas; e eleição da direção executiva nacional e conselho fiscal.



CNJ: jornada de trabalho de seis horas é legal

O Conselho Nacional de Justiça decidiu considerar legal a fixação da jornada de trabalho dos servidores do Judiciário Federal entre seis e oito horas diárias, no julgamento dos Procedimentos de Controle Administrativo de números 74 e 77 a 83, no último dia 28.

O debate aconteceu depois de diversas representações movidas pelo Ministério Público do Distrito Federal contra os órgãos que fixavam jornada inferior a oito horas. Para o MP-DF, tal carga horária era inconstitucional e os servidores deveriam ter seus proventos reduzidos.

A verdade é que a legalidade da jornada de seis ou sete horas para o funcionalismo não é nenhuma novidade: está na lei 8112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Segundo a legislação, a jornada deve ser “fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente”.



TRT 15 faz greve contra aumento da jornada

Trabalhadores do TRT 15ª Região entraram em greve por tempo indeterminado em 11 de março para protestar contra a nova jornada de trabalho imposta pela administração do tribunal. No dia 3, o colegiado aprovou a resolução administrativa GPJ 03/2006, que aumentou a jornada de oito para nove horas, com uma hora de almoço, sem qualquer debate com os servidores.

O tribunal vai na contramão do pleito das centrais sindicais de redução da jornada para todos os trabalhadores. Tramitam no Congresso Nacional projetos de lei nesse

sentido. É o caso da PEC 231/95, do deputado Inácio Arruda (PcdoB-CE) e do ex-deputado e atual senador Paulo Paim (PT-RS), que reduz a jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais e aumenta para 75% o valor da hora extra.

De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), a proposta espera criação de comissão especial para análise do mérito. A aprovação não acontecerá sem a pressão das centrais sindicais de trabalhadores, pois existe um forte lobby de empresários contra a matéria.